



Prezados (as) Senhores (as),

No dia 22 de março de 2018, o governo dos Estados Unidos anunciou novas medidas contra as importações originárias da China, como resultado da investigação, iniciada em agosto de 2017, amparada pelo procedimento intitulado *Section 301*. Nesse contexto, concluiu-se que a China supostamente violaria direitos de propriedade intelectual das empresas norte-americanas por meio de políticas de transferência forçada de tecnologia.

A iniciativa contempla uma [lista](#) de 1.300 linhas tarifárias que serão objeto de uma sobretaxa adicional de 25%, capaz de cobrir cerca de US\$ 50 bilhões de dólares em importações originárias da China. A medida é considerada uma resposta para neutralizar o prejuízo ocasionado à economia norte-americana e auxiliar na eliminação das políticas e práticas chinesas consideradas danosas. O principal grupo de produtos afetados envolve máquinas, equipamentos eletrônicos e aplicações mecânicas, que deverão sofrer um impacto estimado em US\$ 34,2 bilhões de dólares, calculados a partir do comércio bilateral entre ambos os países no ano de 2017.

Em resposta ao anúncio da medida norte-americana, Beijing também apresentou uma [lista](#) de produtos exportados pelos Estados Unidos à China a serem afetados pela imposição de tarifas. A medida, que cobriria um montante de importações na ordem de US\$ 49,8 bilhões de dólares, afetaria principalmente os setores de equipamentos de transporte (aviões e automóveis) e de produtos agrícolas (grãos de soja).

Em contrapartida à decisão chinesa, o Presidente Trump [instruiu o Representante Comercial dos Estados Unidos](#) (USTR, em inglês) a avaliar se um valor adicional de US\$ 100 bilhões de dólares em tarifas, a serem aplicadas contra a China, seria considerado apropriado no âmbito do *Section 301*. Esclareceu-se ainda que [quaisquer tarifas adicionais estariam sujeitas a uma revisão similar](#) e a um período de comentários públicos, nos mesmos moldes da lista inicial. Até o dia 11 de maio, o USTR receberá comentários por escrito referentes aos produtos específicos sujeitos ao aumento de tarifa (manutenção, inclusão ou exclusão de itens na lista proposta) e ao nível proposto para o aumento. Será realizada também uma audiência pública no dia 15 de maio, enquanto comentários refutando os argumentos apresentados na ocasião poderão ser submetidos até o dia 22 de maio de 2018. Vale lembrar que estas sobretaxas não entrarão em vigor até que se esgote o período de recebimento de comentários públicos.

Ainda como parte do [conjunto de medidas propostas](#) contra o país asiático, os EUA apresentaram um [pedido de consultas](#) contra a China no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), alegando a violação de regras do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, em inglês). O país também está avaliando a possibilidade de restringir investimentos chineses, além de atuar em conjunto com países aliados afetados pelas



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR



práticas chinesas na busca de soluções que restabeleçam o cenário de comércio internacional considerado justo.

Caso haja qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento adicional, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) está à disposição por meio do e-mail defesacomercial@fiesp.com.br ou pelo telefone (11) 3549-4215/4437.

Cordialmente,

Área de Defesa Comercial

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex)
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

